

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes;
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)
1.º SECRETÁRIO — Ivo Thomazoni
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo da Silva
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB)
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTES

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTES

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTES

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 71.^a Sessão Ordinária — Realizada em 9 de Junho de 1972 (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza; Basílio Zanusso; Borsari Neto; David Federmann, Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias e Wilson Brandão (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, e Xefonte Villanueva (15).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das Atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Circular nr. 4/72, do Senhor Eng. Osíres Stenghel Guimarães, Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, encaminhando a esta Casa, cópia de estudos da implantação da "Rede de Comunicações Oficiais", para o exercício de 1973. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando os interesses da região que representa nesta Assembléia, o Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer a Casa, após ouvido o Plenário, o seguinte pedido de informações; junto ao Senhor Diretor do D.E.R.:

a) — Seja remetido a este Poder cópia do Processo e anexos, protocolo nr. 12.695/70, do D.E.R., referentes a construção da estrada PR-5, ou BR-373, trecho Marmeleiro-Barracão;

b) — Se a firma responsável pelos trabalhos no referido trecho deixou de atender a alguma exigência contratual;

c) — Seja remetido a este Poder cópia do Processo, com todos os aditivos, referente a construção do trecho Campo Mourão-Pitanga (Protocolo de nr. 19.129/68-DE).

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1972.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — A forma eficiente e bem elaborada com que a COPEL está promovendo aos seus consumidores a distribuição de livreto explicativo a respeito de suas atividades;

2 — Que o fato chama a atenção, principalmente, por se constituir em medida inédita, pois, o que até agora temos observado, os folhetos de órgãos direta e indiretamente ligados a administração pública mais se preocupam em promover-se em nunca oferecer a população uma honesta prestação de seus serviços;

3 — Que, além deste detalhe, o livreto ora referido intitulado "COPEL às suas ordens" foi publicado com muita inteligência, oferecendo facilidade à sua compreensão,

Requeiro, regimentalmente e ouvida a Casa, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de louvor alusivo, dando-se ciência da decisão da Casa ao Diretor Presidente da COPEL, Eng. Arturo Andreoli e ao Departamento de Relações Públicas da Empresa, cumprimentando-os pela iniciativa.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1972.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe telegrama ao Excelentíssimo Senhor Ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, em Brasília, apelando no sentido de que seja localizada no Norte do Paraná, uma das Penitenciárias rurais a ser construída por aquela Pasta, dentro das diretrizes da reforma do sistema penitenciário brasileiro e também por determinação expressa da Presidência da República.

A localização de referido estabelecimento no Norte do Estado, além de solucionar grave problema social hoje registrado no Paraná, com o deslocamento de detentos e familiares para a Capital do Estado, terá o condão, também, de situar no próprio meio essas pessoas, que terão oportunidade de se dedicar à produção agrícola como vinham fazendo.

Esta reivindicação, feita há tempos por vários setores da opinião pública paranaense, constituirá, quando de sua concretização, uma alta conquista para os meios penais do Estado.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1972.

(a) Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário sejam encaminhados ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andreazza; ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza; ao ilustríssimo Senhor Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Engenheiro Eliseu Rezende; ao ilustríssimo Senhor Secretário dos Transportes, Engenheiro Ivo Máximo e ao ilustríssimo Senhor Diretor do Departamen-

to de Estradas de Rodagem, Engenheiro João Dernizio Puppi, ofícios desta Casa, agradecendo em nome do povo do Paraná, muito especialmente e dos Municípios pertencentes às Comarcas de Nova Esperança, Paranaity e Colorado, pela construção prevista da ligação asfáltica entre aquelas cidades e Porto Santo Inácio, fato que virá, com a também prevista ligação com Maringá, sem dúvida, representar um incomensurável fator de progresso para o nosso Estado.

Tal medida, velho anseio dos habitantes da região conhecida como Norte Novo do Paraná, deve-se indiscutivelmente, aos esforços empreendidos pelas autoridades mencionadas, fazendo-se justa, portanto, a moção de agradecimento ora apresentada.

Pelos motivos expostos, contamos com o indispensável apoioamento dos Nobres Senhores Deputados.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1972.

(a) Basílio Zanusso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem contendo apelo no sentido, de autorizar a quem de direito para oferecer ultimação ao novo Regulamento de Transportes Coletivos Intermunicipais, objeto de elaboração da direção do órgão no governo anterior e quase concluído pela mesma.

É que o atual Regulamento é inequivocamente obsoleto e, como tal, em suas linhas gerais sabe propiciar interpretação dúbia de vários de seus artigos, com isto ensejando inteligentes manobras de empresas exploradoras desse meio de transporte, alimentando sua ganância e carreando para seus cofres lucros absurdos e exorbitantes, dest'arte ferindo respeitáveis interesses de seus usuários.

Convém salientar, a bem da verdade e fazendo justiça ao alto critério da Direção do DER quando do governo anterior, que a mesma não vacilou, contrariando ensaios de pressão de fortes empresas do ramo, em levar adiante a feita daquele instrumento de limitação honesta de direitos, coibição sistemática e corajosa de abusos intoleráveis e a formarem como criminoso instrumento de privilégios odiosos e injustificáveis.

A presença desta Casa em problema de tal magnitude muito a recomenda e permite-lhe uma vigilância correta e reclamada pelas partes que amide usam tal meio de transporte e que devem, muito razoavelmente, nela ter uma força de amparo e defesa.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1972.

(a) Wilson Brandão

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer, sejam enviados telegramas ao Excelentíssimo Senhor Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Eng. Fernando Cirne Lima, Ministro da Agricultura e ao Senhor José de Moura Cavalcanti, Presidente do INCRA, a fim de que, se ratifique solicitação já formulada pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP —, para que seja definitivamente solucionado e encerrado o gravíssimo problema de terras, resultante de problemas dominiais e possessorias, que atinge e principalmente aflige, áreas de inúmeros Municípios do Estado, com reflexos negativos ao homem do campo e em caráter prioritário, à nossa economia.

Tal solicitação, Senhores Deputados, é feita com o objetivo precípuo, de se colocar fim ao estado de intranquilidade permanente que grassa no seio de centenas de famílias rurais, possibilitando-se, com tal medida, condições de pleno desenvolvimento, a uma das mais ricas e promissoras regiões do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1972.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA: — Pelo próprio conteúdo do que se requer, é fácil aquilatar-se e compreender que se objetiva unicamente, dar uma solução em caráter definitivo ao angustiante problema de terras que aflige a família de centenas de colonos de nosso Estado.

Pretende-se, que chegue ao conhecimento das autoridades constituídas, através desta Casa de Leis, o grave problema que existiu e continua existindo, que atormentou e continua atormentando, grande parte da população de nosso Estado, ou seja a disputa da terra, em suas diferentes e mais controversas etapas de desenvolvimento.

Por tratar-se de medida de ordem pública, esperamos que os nossos ilustres pares deem o seu total e irrestrito apoioamento à medida ora preconizada e requerida, para que assim, possa existir clima de tranquilidade e trabalho constante na região agrícola do Paraná.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja organizada uma Comissão Especial integrada por três Senhores Deputados com o fim específico de representar a Casa no Concurso de Miss Paraná, a ter lugar amanhã, dia 10 do mês em curso, na cidade de Maringá.

Constituindo-se esta iniciativa num fato social de maior ressonância popular, interessando a todas nossas camadas representativas, nada mais justo do que este Poder ali estar presente através de seus delegados de confiança.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1972.

(a) Wilson Brandão

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, com fundamento no § 3.º, do art. 194, do Regimento Interno, requer seja abonada a sua ausência no Plenário em data de ontem, 8 de junho, tendo em vista que se encontrava nesta Casa no momento em que se iniciava e, ato contínuo, se encerrava a sessão, sem que fosse verificada a existência de número legal, como de praxe.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1972.

(a) Gilberto Carvalho

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não se encontrando os oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Sebastião Rodrigues, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. Deputado Leopoldo Jacomet. Não se encontrando presente, passo a palavra ao sr. Deputado Nivaldo Krüger, terceiro orador inscrito.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste final de semana, depois de percorrermos uma das regiões de grande importância para a economia do Estado, as regiões centro-oeste e sul do Paraná, depois de termos conversado e mantido contactos com membros de classes produtoras, de Sindicatos, chegamos à conclusão de que é necessário, sr. Presidente, o Estado do Paraná encarar os problemas dessas regiões de uma forma especial. Essas áreas do Estado estão carentes de atendimento por parte do Estado e estão em fase de depauperação. Não é razoável que o Governo do Estado continue encarando esses fatos desta maneira e que dê um tratamento regenerado a todas essas regiões, sem um destaque específico às áreas que tenham problemas específicos.

Assim é que encaminhamos a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, a seguinte sugestão: (Lendo):

"Senhor Presidente: O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, que encaminhe sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, no sentido de que se determine com urgência um Programa Especial de Desenvolvimento para a Região Sul e Centro-Oeste do Paraná, de forma que se interrompa o declínio econômico em que se encontra a primeira e a transição porque passa a segunda, do ciclo da madeira para outras atividades, não se processe ao acaso, mas coordenado e conduzido por uma estratégia capaz de assegurar atrativos à poupança, estímulo às empresas, trabalho rentável ao povo, segurança e oportunidade de bem estar a todos.

Esta sugestão é expressão do sentimento dominante naquelas áreas, que população obreira e paciente não esconde o seu ressentimento pela incompreensão com que vem sendo tratada pelo Estado nas últimas décadas.

A economia paranaense começou por ali, os ciclos se sucederam, os mananciais naturais se exauriram, assim como o mate, a madeira, a fertilidade do solo. As suas custas manteve-se a máquina burocrática do Estado durante quase um século e ainda custeou-se a abertura de novas zonas. Esta situação ainda perdura com o Sul contribuindo muito mais pelo sacrifício de sua gente, que não se sente retribuída pelo esforço, mas pela fidelidade à terra e na expectativa de um dia ser atendida.

O Sul, tendo como polos principais as cidades de Irati e União da Vitória, e o Centro Oeste com Guarapuava, se identificam nas características físico-ecológicas e se immanam em uma aspiração comum: continuarem prósperas.

Como representante do povo dessas áreas cabe-me o dever de compreender e expressar aspirações que nem sempre se definem precisamente, mas que se concretizam brutalmente, na paisagem triste, no aceno de despedida da família que parte do jovem que embarca para o desconhecido, dos velhos que ficam sem esperanças. Pois aí, as perspectivas lhe são muito estreitas, raras escolas que lhe possibilitem uma profissão, o trabalho exiguo a remuneração baixa o futuro incerto... As notícias de um filho da terra que consegue êxito na cidade o fascinam.

No centro-Oeste — Pinhão, Laranjeiras do Sul, Pitanga, Inácio Martins e cuja cidade de Guarapuava é o polo de irradiação sócio-econômico — suas riquezas naturais vão sendo rapidamente consumidas. Não é possível aceitar passivamente o seu esaurimento total, não é confortador a imagem que se projeta de um futuro decadente, é preciso precaver-se agora, enquanto ainda restam potencialidades físicas e humanas. Daí a razão desse apelo, veemente, de quem presente o perigo, para que o Governo retribua agora, aquilo que dele estão precisando. Não como favor mas, como direito.

O que a população dessas regiões deseja, antes de tudo, é a compreensão ampla para a situação atravessada, na qual o tratamento dispensado no passado não correspondeu a amplitude das aspirações, que se consubstanciam em querer a fixação da poupança proveniente da exploração extrativa, de forma que novas fontes de multiplicação se estabeleçam, propiciando oportunidades ao espírito criador do empresário e novas fontes de trabalho surjam para uma população de mais de 400 mil habitantes. Desejam, também, que a carga tributária direta ou indireta que recaia sobre a economia regional, considerando-se a pericubilidade e a baixa rentabilidade das atividades, é profundamente descapitalizante.

Não seja esta sugestão interpretada como ávaro regionalismo, mas como sentimento de solidariedade inserido no conceito universal de que nunca haverá bem-estar enquanto perdurar desníveis contrastantes entre regiões, homens cabendo ao Estado implantar mecanismo capaz de assegurar uma justa distribuição de riqueza.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1.972.

(a) Nivaldo Krüger"

É exatamente isto que o Paraná não vem fazendo, interpretar a realidade social e econômica desta unidade e aí estão os desníveis regionais acentuando-se cada vez mais até estimulados pela ação do Estado que não compreendendo a realidade, os anseios de regiões, continuam tributando-as violentamente e extraindo os últimos recursos existentes nestas áreas, como que a exprimir o suor dos que não podem dar mais, fazendo com que estas áreas sofram até a estagnação final, como é o caso de vastíssimas regiões do Estado do Paraná. Estado que está vivendo a ilusão do desenvolvimento, mas isto tem a sua fase e dentro em pouco tempo, se providências não forem tomadas, se os políticos deste Estado e estadistas que não podem ser cognominados, não souberem olhar para esta grandeza, nós ficaremos vivendo como o herdeiro pródigo, herdando uma grande riqueza dos seus antepassados, gastou-as sem nenhuma previsão e de repente se encontra na miséria. É isto que vemos no Paraná, estadistas, homens públicos do Estado do Paraná não tomam providências acatadoras. Sei que isto deverá ser incutido naqueles que têm consciência, que têm grandeza de alma e sensibilidade para as questões importantes deste Estado. Vejam: os Srs. quando me refiro à falta de previsão com que se administra este Estado. Quero lembrar que ainda não existe no Paraná um plano, ocasionando problemas graves; que ainda não existe neste Estado um planejamento prevendo o futuro, atendendo as necessidades do presente, ocasionando os problemas da atualidade e harmonia com o planejamento nacional e aí está o Estado do Paraná, perdendo recursos por falta de planejamento, aí está o Estado do Paraná vivendo como filho pródigo a gastar do que a natureza tão bem dotou a essa região do Estado. Ao fazer este pronunciamento, faço-o tendo em vista a responsabilidade perante a geração que nos julgará implacavelmente.

E não quero que os meus filhos, amanhã, paguem pela inépcia por nós cometida.

Quando amanhã, a geração vindoura se levantar e perguntar onde estavam os políticos daquela década, onde é que estavam os homens que tinham a responsabilidade de conduzir o Estado naquele tempo, não quero que os meus descendentes sejam apontados responsáveis, descendentes por um, que ficou com os olhos vendados naquela época. Vejam Senhores, quando falo sobre isso é com o sentimento voltado para o meu Estado, é com o

sentimento voltado para o futuro destes sete milhões de habitantes que residem neste pedaço do Brasil.

Vejam as providências tomadas pelo Estado do Sta. Catarina, onde os políticos com uma visão muito mais ampla, onde os homens daquele Estado com visão muito mais alargada, se preocupam com o futuro dos nossos filhos, e todos aqueles que nos mandaram para cá. Pois se nós não equacionarmos os problemas, quem o fará?

E aqui estão projetos de desenvolvimento do Estado de Sta. Catarina o Estado de Sta. Catarina cuja fertilidade do solo, é muito menor que a nossa já não supera em renda "per capita". Senhores. Ao fazer esta proposição, enviando ao Sr. Governador do Estado um apelo, para que olhe para o empobrecimento que está se verificando cada vez mais acentuado na região sul do Estado, dos madeireiros, na região de onde se extraem os núcleos mananciais; onde mais de 250 mil famílias ficarão nestes três ou quatro anos, sem trabalho e sem emprego e o Estado não tomou nenhuma providência para acatular aos interesses desta população. Ao fazer este alerta da 'Tribuna, hoje, faço muito mais para cumprir um dever do que na esperança de ser ouvido... Mas os Anais desta Casa não de marcam as atitudes tomadas pelos políticos deste Estado e ele nos julgará...

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, quero cumprimentar V. Exa. neste instante pela oportunidade do pronunciamento que vem fazendo.

Realmente, o Paraná viveu e vive ainda hoje, sem uma planificação podemos dizer, para o seu futuro.

Mes é bem verdade, que ele começa a sentir a necessidade desta planificação tão importante, para que nós tenhamos no amanhã, dentro de uma programação técnica, os meios necessários, indispensáveis à condução dos destinos do nosso Estado.

V. Exa. abordou muito bem, o anseio da nossa região, região sul do centro-oeste paranaense, que foi o problema da matéria prima, a extração da matéria já esgotada quase que completamente hoje, na nossa região. E é preciso que neste instante, seja substituído um outro ramo de atividade de que venha a encontrar aos interesses do Paraná. E mais do que isto, que venha a trazer aqueles milhares de paranaenses que lá lutam, a certeza do dia de amanhã.

E nós que estamos ouvindo a opinião de V. Exa., solicitaríamos que fosse posta em prática a nossa opinião, no sentido de sensibilizar o Governo do Estado. Apesar de que nós sabemos que aí está o PLADEP e o BADEP, órgãos que vêm, hoje, atendendo às necessidades do desenvolvimento do Paraná por ordem do Governador Viriato Parigot de Souza.

Mas a nossa opinião e essa temos procurado defender, nesses últimos dias é que está faltando ao Paraná, um órgão de nível secretarial, a Secretaria de Indústria e Comércio, para que assuma e encampe este assunto tão importante. Porque precisamos e com urgência, partir para a fase da industrialização. Porque estamos sentindo e esta é a preocupação desta Casa; V. Exa. ainda há poucos dias, através de um Requerimento, pretendia convocar o Sr. Secretário da Fazenda do Paraná para que dissesse a nós outros da situação e da verdade orçamentária do nosso Estado; e ele aqui virá na próxima semana; e nós iremos, tenho certeza, pela explanação que fará aquele homem público, chegar à conclusão de que o Paraná, em sendo um Estado essencialmente agrícola, e tem a grande maioria dos seus produtos isentos; esta é a maior luta que o Paraná enfrenta, para aumentar a sua arrecadação. Então, temos que partir para a industrialização, porque o nosso vizinho Estado de São Paulo, hoje já pode se dar ao luxo de isentar toda a sua agricultura, porque o seu organismo vive em função da indústria. O Paraná precisa se industrializar! Mas como poderá o Paraná se industrializar, Sr. Deputado? E eu só vejo um caminho: — através de uma Secretaria que promova gestões em todo o Brasil levando a imagem e as potencialidades do Paraná, fazendo com que estes homens se sensibilizem e sintam que o Paraná pode que amanhã possamos industrializar os nossos produtos, sem o que o Paraná oferecer alguma vantagem, para investirem aqui em nosso Estado, a fim de não ter condições de sair desta fase.

De modo que cumprimento V. Exa. pela oportunidade do seu pronunciamento e acho que estamos vivendo uma clima de apreensão e se não somarmos esforços, todos juntos, eu não sei o que será do Paraná no amanhã. Inclusive uma descapitalização que estamos sentindo na nossa região através dos incentivos de daqui são levados para as áreas da Sudene e da Sudam, na implantação de indústrias que hoje estão fazendo concorrência com a nossa região com dinheiro do sofrido povo da região sul do nosso País e que hoje sente na sua própria carne, a concorrência do seu própria dinheiro.

De modo que a minha opinião, nobre Deputado — e gostaria de saber a sua, é de que esta Secretaria deveria — e que já está criada, por lei, deveria ser posta em funcionamento imediatamente e que o Secretário da Indústria e Comércio escolhido dentre os homens mais ativos aqui do nosso Estado, se transforme num verdadeiro caixeiro viajante a percorrer o País e a levar a imagem do Paraná, a fim de que possamos, dentro do mais breve prazo industrializar o nosso Estado e poder concorrer com os grandes Estados da federação brasileira.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Primeiro quero agradecer ao Deputado João Mansur. Sabia que S. Exa. seria sensível ao assunto porque, ligado às atividades econômicas do Estado, homem que tem se debatido para o desenvolvimento da região de que provém, tem aplicado aqui os recursos provenientes de suas atividades.

Entendo, e aqui quero responder ao Deputado João Mansur sobre a indagação que me fez, entendo que a Secretaria de Indústria e Comércio já deveria estar funcionando. A ausência desta Secretaria na vida administrativa e política do Estado é, talvez, a responsável pela falta deste planejamento.

Agora, no Paraná têm ocorrido algumas omissões, reconheço que não só por parte do Governo, mas omissões por parte das classes produtoras, das Entidades Associativas que não são viris, porque Entidade associativa e de classe não existe para dar banquetes, para homenagear governantes e secretários, para proporcionar viagens a seus dirigentes que, como verdadeiros lordes, viajam à custa da contribuição da classe.

Faço esta denúncia diretamente ao Diretor da Federação da Indústria e do Comércio do Paraná, Dr. Mário de Mari, digo frontalmente seu nome e desafio S. Exa. para debater sobre o que esta Associação vem fazendo pelo desenvolvimento econômico do Estado. Uma Associação parada, constituída de homens que vivem gozando dos benefícios que esta entidade lhes oferece.

E a Federação da Agricultura do Paraná, que vem traindo os interesses dos agricultores do Estado, tenho dito pelo Paraná afora, uma Entidade política que tem lutado unicamente para perpetuar seu dirigente, seu Presidente à frente desta Entidade. Não são Entidades viris, lutadoras, como se verifica em outros Estados. A função destas Entidades é exclusivamente a de pressionar as áreas do Governo e não a de oferecer banquetes e laudar governantes que estão muitas vezes divorciados da realidade. Cabe a estas Entida-

des, o dever de pressionar os governantes e obter o que é justo ao povo do Estado.

Tem razão o Deputado João Mansur com relação à Secretaria de Indústria e Comércio.

Experiências verificadas no Pará, São Paulo, Rio Grande do Sul e agora em Mato Grosso, demonstram que há necessidade de um supra-órgão que coordene todos os pensamentos relacionados com o desenvolvimento de um Estado e este órgão deve ser um Instituto que se coloque acima. Porque uma Secretaria é apenas um instrumento do Estado e Instituto é um organismo amplo onde todas as vozes têm participação.

No ano passado propusemos a criação do Instituto de Desenvolvimento Econômico do Paraná e este Projeto está retido nas Comissões da Casa. Projeto que transformou a vida econômica e social do Estado do Paraná, pelo ecletismo de sua organização. Nele participam Governo do Estado, Entidades de classe, representações políticas e o Instituto tem recursos e é autônomo.

Ai do Governador que tenha a audácia de alterar os estudos e as perspectivas determinadas por este organismo. A Universidade dele participa. Mas, a Universidade do Paraná está relegada à sua esfera restrita de instruir alunos. Mas, o papel da Universidade, em todos os tempos, principalmente nestes tempos modernos, é entrosar-se em todas as entidades do Estado. E o que vemos no Paraná são as entidades de classe isoladas o Governo isolado, e o povo sofre as consequências de tudo isso.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, só resta parabenizar-me com V. Exa., e gostaria, neste instante destacar, porque não fazê-lo, a atuação de V. Exa. que tem trazido à esta Casa problemas dessa envergadura; como há poucos dias também trouxe problema de natureza grave o nobre Deputado Muggiati Filho; outros Deputados de nossa bancada e também da bancada de V. Exa. têm trazido importantes problemas para o nosso Estado, problemas que predominam hoje em nosso Estado e preocupam a nós parlamentares.

O nobre Deputado João Mansur, em aparte a V. Exa. deixou sentir bem a necessidade de industrialização de nosso Estado. Eu iria mais longe, tenho a impressão — quase certeza — que a implantação de indústrias em nosso Estado virá nos trazer benefícios a longo prazo. São Paulo — como disse o nobre Deputado João Mansur — é um Estado que pode dar-se ao luxo de isentar todos os produtos agrícolas do ICM. O Paraná é um grande produtor de algodão, mas esse produto vai gerar divisas em São Paulo, onde é industrializado. Inversamente acontece com os produtos industrializados que já vêm para cá, para nosso Estado, faturados, portanto, nosso Estado não é beneficiado. Medidas mais sérias deveriam ser tomadas, porque com a abertura da Transamazônica só resta para o Paraná, dias negros. Então, há necessidade de medidas urgentes e concretas nesse sentido. Porque os produtos industrializados, como automóveis, por exemplo, consumidos no Paraná e fabricados em São Paulo, têm o ICM é cobrado, quando deveria ser no Paraná e não em São Paulo. Então medidas urgentes deveriam ser tomadas junto ao Ministério da Fazenda e ao Ministério de Indústria e Comércio para que o nosso Estado não sucumba a curto prazo. Porque como todos nós sabemos, a Transamazônica vai ser o grande celeiro do País, e o Paraná será relegado a uma situação de inferioridade e verá a sua economia se exaurir. Então, será o caos para o nosso Estado.

Parabenizo-me com V. Exa. e com aqueles que defendem a tese de que tudo deve ser escrito. Sugiro a V. Exa., que após esse pronunciamento redija um requerimento fazendo um apelo ao Sr. Ministro da Justiça, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, ao Sr. Ministro da Fazenda, e ao Sr. Governador do Estado, — por que não, — chamando a atenção de todas as autoridades para essas medidas. E eu gostaria de subscrever o requerimento. É a sugestão que faço a V. Exa., porque esses requerimentos devem ser feitos sucessivamente, nobre Deputado para que os responsáveis saibam que, como disse V. Exa., nós fizemos a nossa parte, que nossos filhos, amanhã, não nos debitem pelo caos que se aproxima. Então só resta parabenizar-me com V. Exa., porque é uma tese muito importante, uma tese de suma, de grande importância, que merece o apoio e os aplausos entusiastas de todos nós.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Querida apenas salientar um aspecto da importância desta Assembléia, — das duas bancadas, — assumir uma posição em face desse assunto. Isto não só forçaria o Governo como também corresponderia às aspirações do povo que nos mandou para cá.

O Sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. analisa um assunto de magna importância para a economia de nosso Estado. Como Deputado, tenho alguma máguia do Governo Federal em relação ao Paraná. E digo a V. Exa. porque tenho essa máguia, essa profunda máguia. Observo, como paranaense, como político, que o Paraná tem sido um Estado de certa forma esquecido pelo Governo Federal. Enquanto V. Exa. observa um tratamento impressionantemente grato do Governo Federal ao Rio Grande do Sul, um Estado que pouco produz em relação ao Paraná, nós somos um Estado essencialmente agrícola, produzimos uma enorme quantidade de cereais, cereais esses que vão a outros Estados, são comercializados e voltam em forma de produtos industrializados para nosso consumo. Anteontem lendo o "Globo" notei um artigo, onde o DNER, passem V. Exas., Srs. Deputados, analisava uma série de benefícios a um sem número de Estados da Federação, estradas de rodagem em quase toda a Federação. Nenhuma estrada, nenhum metro de estrada de rodagem vi nessa relação, beneficiando o Paraná. Não sei se há falta de liderança política, se é falta de agressividade de nosso Governo, mas somos um Estado que deveria merecer mais carinho do Governo Federal. E pouco ou nada recebemos. A refinaria que nos foi dada, não foi mais que uma obrigação do Governo Federal, porque em 5 anos, provamos que somos os maiores consumidores de derivados de petróleo. Daí o fato de vir a Refinaria para cá. Então, nada mais que obrigação do Governo Federal em nos dar essa refinaria. Após isso, temos chamado por outras coisas, mas que o Governo Federal não nos atende. Raramente nos dá ele uma colheirinha de chá, para um Estado que deveria ser atendido com preferência, com prioridade, porque temos tudo a oferecer, para podermos receber os benefícios do Governo Federal. Estrada de rodagem, é uma ninharia o que nós recebemos do Governo Federal. O que temos, são rodovias feitas com recursos nossos. Essa é a máguia profunda que temos do Governo Federal e aqui vai uma crítica minha, de Deputado da Oposição, ao Governo Federal pelo tratamento injusto ao Estado que mais deveria receber é o que menos recebe, da Nação toda. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado a V. Exa. que faz um destaque muito interessante. Fazendo-se uma análise do orçamento da República, vamos verificar que o Paraná é o órgão da Federação. Agora, discordo de V. Exa. num ponto, não é, no meu entender, culpa do Governo Federal. A culpa é exclusivamente, dos Governantes do Estado do Paraná, EXCLUSIVAMENTE. Saber por que? Quando faço uma afirmação dessa ordem, que implica em responsabilidade perante a opinião pública, justifico-a plenamente.

O Governo da República atua dentro de um processo de planejamento, e o Estado do Paraná não tem planejamento. Esta é razão pela qual o Governo da República não tem como encaminhar recursos para o nosso Estado.

O que fizeram os Governos que sentaram no Palácio Iguaçu neste sentido? Esta é a pergunta que o povo do Paraná deveria fazer a cada político da situação. Que fizeram? Pequenas obras. Isto não importa.

Visitando a SERFAL e o SESP fiquei encabulado perante os representantes de outros Estados. Perguntaram-me: — Por que o Estado do Paraná não vem buscar seus recursos? Está sobrando dinheiro lá? Não tem ido porque não tem programa, não tem planejamento.

Revolto-me quando ouço peças laudatórias desta Tribuna. Contesto-as e sou inquinaado de pessimismo. Não aceito o embalo da ilusão porque sou homem realista.

Vejam, Srs. Deputados. Dez bilhões de cruzeiros estão, há dois anos, à disposição do Estado por um organismo Federal para o desenvolvimento do Instituto Agrônomo do Paraná. Há dois anos e o Estado, até o momento, não tinha qualquer planejamento para que pudesse receber esses recursos.

Mas, o que estão fazendo esses homens que se dizem, que se apresentam perante o Paraná como seus Governantes? Esta é a pergunta que se faz, que tem que ser feita sem crítica pessoal aos que se encontram governando. Claro, todos estão com vontade e imbuídos do propósito de desenvolver o Estado.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Um momento. Cito mais um fato. No setor educacional há inexistência de um planejamento integrado — já que o termo integração está na moda — o mesmo ocorrendo no setor de que é ponto fundamental para a saúde da população paranaense.

A falta de planejamento faz com que o Paraná padeça, como bem citou o Deputado Nelson Buffara, por faltade meios e recursos: Portos. Em razão da política de portos que foi adotada, o Paraná tem perdido recursos enormes. Igualmente, pela falta de planejamento específico, têm ocorrido grandes prejuízos ao Paraná neste setor. Tem o seu aparte o nobre Deputado Pinto Dias.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. tem toda a razão quando afirma que o Governo Federal, embora com boa vontade com o Estado no que se refere a somas fabulosas, não pode atender em virtude dos responsáveis pela planificação não satisfazerem as exigências na esfera federal. Neste ponto estou de acordo.

Agora, o que não posso aceitar é que o atual Governo ou a Bancada atual do Governo venha a ser responsável por este estado de coisas. A planificação, o planejamento não se faz de uma hora para outra. E este Estado tem apresentado assim, às vezes, em 2, 3 anos posições que surpreendem a qualquer administração. Esse estado, no Vale do Piquiri por exemplo no Vale do Piquiri não há técnico e não há administração que pudesse há 3, 4 anos atrás, prever o desenvolvimento que vem ocorrendo nessa região; entretanto, os Governos passados são responsáveis por essa falha.

Nós tivemos a infelicidade de perder quase 2 anos, mas, isso não é culpa da oposição nem da situação! São fatos, são fatalidades que surgem, que ocorreram, então, não são propriamente da responsabilidade de A ou B, de Partido ou de Legenda.

V. Exa. argumenta tanto sobre o Instituto Agrônomo de Londrina; realmente já vai para 3 anos que há uma verba do Instituto Brasileiro do Café, depositada na Agência de Londrina, — o Governo do Paraná não é o único responsável pela administração daquela grande cidade do Paraná, o Prefeito de Londrina é também responsável e eu não vi pronunciamento algum, dele, reivindicando a execução daquelas obras e o aproveitamento daquela verba que lá está. Ele é um representante do povo, e sabemos que é um homem de boa vontade, no entanto, nunca vimos, na imprensa, qualquer reivindicação dele, nesse sentido.

Então essa falha é total, é de toda a conjuntura paranaense. Vamos rezar e torcer para que, daqui para a frente as coisas caminhem em ordem.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte do nobre Deputado, e, apenas, a nós separar, uma questão de concepção: — eu me coloco sob o ponto de vista de Planejamento, e V. Exa. coloca o Governante no ponto central. Para mim o ponto Governante é secundário, se existe um Planejamento. O Governante deve ser o governante desse planejamento. Então, a ausência de programa faz com que haja esse descompasso. A história dos povos é feita, é constituída de acontecimentos, de fatos e de reformas. Por isso nos tempos atuais a importância da necessidade do planejamento se impõe, porque quando se planeja, se prevê, nós ficamos seguros contra incertezas e contra fatalidades.

Assim termino este pronunciamento, porque o nobre Deputado Alvaro Dias tem alguma coisa a comunicar à Casa.

Então o pensamento que acho, deve ser levado por cada um de nós, está inserido no livro DRAMA DO SÉCULO XX, destinado a estudos sobre o Universo, pensamento de James Myrdal: — "O maior mal do mundo não é a pobreza dos necessitados, é a inconsciência do sabastados, dos fartos e dos fortes". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Trago à Tribuna para que os Anais da Casa registrem, uma séria e grave denúncia da Câmara Municipal do Município de Congonhas, que interessa ao Excelentíssimo Dr. Pedro Viriato Parigot de Souza, Digníssimo Governador do Estado.

Peço permissão aos Srs. Deputados para fazer a leitura e peço também a atenção de todos, tendo em vista a gravidade do assunto aqui focalizado.

(Lendo):

"Exmo. Senhor Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA Digníssimo Governador do Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Congonhas, pela unanimidade de seus Vereadores, abaixo-assinados, vem com fundamento no Art. 118, incisos II, V e VI, e § 1.º da Constituição Estadual — Emenda Constitucional n.º 3, de 29 de maio de 1971, e no § 3.º do artigo 15, letra "e" e "f" da Constituição em vigor, solicitar a Vossa Excelência, a intervenção no município de Congonhas, fundamentando-se nos seguintes fatos:

O atual Prefeito Municipal de Congonhas, Sr. Geraldo Rochis de Oliveira, eleito em 15 de novembro de 1968, e assumi o cargo de Chefe do Executivo Municipal em 16 de fevereiro de 1969, desde sua ascensão ao cargo, vem negligenciando na defesa do patrimônio público e praticando corrupção administrativa:

Não promoveu nenhum bem público, nem ao menos zelou dos que já possuía.

As estradas municipais se encontram em total abandono, quase em sua totalidade intransitáveis, pois ainda nos dois primeiros anos de sua administração mandava passar a motoniveladora uma ou duas vezes por ano, depois nada.

A única motoniveladora ficava constantemente quebrada e encostada no pátio da Prefeitura. A Câmara solicitou reiteradamente ao Chefe do Executivo

Municipal que tomasse providências para arrumar a motoniveladora e que fossem arruinadas as estradas municipais, porém todas as reivindicações e solicitações tornaram-se infrutíferas. A aludida motoniveladora foi adquirida, financiada pela PARANACRÉDITO S/A, no fim do mandato do Prefeito antecessor, Dr. Jaime Pedro Ferreira, cujo valor das prestações eram Cr\$ 2.250,00 mensais. Embora houvesse consignado importância de Cr\$ 23.955,40 para o pagamento das prestações da motoniveladora acima referida, motoniveladora essa marca "Huber Warco", na declaração de aplicação do Fundo de Participação dos Municípios, do exercício de 1970, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 29 de abril de 1971, no início do mês de julho de 1971, a motoniveladora aludida foi apreendida por ordem judicial, por falta de pagamento de Cr\$ 50.000,00, pela firma financiadora PARANACRÉDITO S/A. Assim, o Município perdeu a única motoniveladora que de vez em quando servia ao povo Congonhinense para conservar as estradas.

Sabedores do acontecimento, os Vereadores solicitaram ao Sr. Geraldo Bochis de Oliveira, Prefeito Municipal, o esclarecimento sobre a apreensão da motoniveladora "Huber Warco". O Sr. Geraldo, como de costume, nada respondeu, nada esclareceu e nada informou. Solicitaram também que o Chefe do Executivo tomasse providências no sentido de ser resgatada a motoniveladora apreendida. Nada foi feito por ele se não para aproveitar da situação para enviar à Câmara Municipal um Projeto de Lei que autorizava a venda das ações da Petrobrás S.A., propriedade do Município, para, com o produto da venda, saldar a dívida que causou a apreensão da motoniveladora. O Projeto de Lei, acima referido, veio desacompanhado de qualquer justificativa, e em seu texto não esclarecia quantas ações seriam vendidas e a que valor. Convocados os Vereadores às Sessões Extraordinárias para deliberar sobre o Projeto de Lei acima aludido que recebeu o nº 9/71, os mesmos solicitaram à Presidência que se oficiasse ao Sr. Prefeito que esclarecesse qual era a situação financeira do município que levou até a ser apreendida a motoniveladora, qual era o número total das ações a serem vendidas? O Sr. Presidente, Ataliba da Silva Moreira, que já se encontra aliado à corrupção do Sr. Geraldo, não atendeu às solicitações. Insatisfeitos pela atitude do Sr. Ataliba, inconformados com o texto do Projeto de Lei nº 9/71, os Vereadores apresentaram pareceres contrários à venda das ações da Petrobrás S/A e, na última sessão, apresentaram Requerimento assinado por seis Vereadores, rejeitando o referido Projeto de Lei. Mas, o Projeto apareceu como aprovado pela malandragem do Sr. Ataliba que forçou a ata e enviou um ofício ao Sr. Prefeito comunicando que foi aprovado o Projeto referido. Em razão disto a Câmara processou o vereador corrupto, Ataliba da Silva Moreira e cassou o seu mandato de vereador. Em virtude de ter o mesmo, dolosamente, aprovado o Projeto de Lei nº 9/71, que se tornou em lei e publicado no Diário Oficial do Estado e, como não tendo sido resgatada a motoniveladora apreendida, a Câmara pediu, reiteradamente, informação ao Sr. Geraldo se as ações foram vendidas ou não porque não foi resgatada a motoniveladora. O Sr. Geraldo não respondeu até a presente data.

Na declaração de aplicação do Fundo de Participação dos Municípios, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 9 de abril de 1971, o Sr. Prefeito Municipal, Geraldo Bochis de Oliveira consignou as diversas verbas para obras que o povo Congonhinense desconhece a sua existência, até hoje, tais como:

- 1 — construção de Unidades Escolares:
Consta a construção de 4 (quatro) escolas e reconstrução de uma escola — Cr\$ 43.969,20.
- 2 — Saúde — Saneamento:
Consta a canalização de pluviais no perímetro urbano: Cr\$ 35.967,92.
- 3 — Despesas Outras de Capital:
Consta a construção de 22 kms. de estrada para São Francisco do Imbau — Cr\$ 18.326,40.

e aquisição de motoniveladora "Huber Warco" — Cr\$ 23.955,40.

Acontece porém que, das quatro escolas acima referidas, uma só é que foi construída, no bairro do Bachiega, pelo atual Prefeito Geraldo, sendo que as demais nem foram reparadas, e sim foram construídas na gestão de outros Prefeitos anteriores; não foi também reconstruída nenhuma escola.

Não há no perímetro urbano de Congoninhas nenhuma canalização de águas pluviais nem "fluviiais", quaisquer espécie de esgotos.

A estrada para São Francisco do Imbau foi construída há muito tempo, fato que é público e notório.

E, finalmente, não tendo sido adquirida nova motoniveladora pela Prefeitura, aquela importância consignada na declaração de aplicação de Fundo de Participação dos Municípios como paga, presume-se que são as prestações pagas no ano de 1970 da motoniveladora "Huber Warco", que fora apreendida por falta de pagamento.

Se o Sr. Prefeito consignou na declaração acima mencionada as verbas aplicadas nas obras que não apareceram na realidade, o que fez o Sr. Geraldo Bochis de Oliveira com aquela importância? Dá a entender que houve desvio de verbas e apropriação indebita.

Até o fim do mês de outubro do ano de 1971, o Sr. Prefeito pagava aos professores municipais, apenas Cr\$ 65,00, vencimento correspondente a 1/3 do salário mínimo regional contrariando a Lei Federal, dec. Lei nº 66.259 de 25 de fevereiro de 1970. E os professores tinham que dar três ou quatro viagens para a Prefeitura a fim de receber a remuneração vergonhosa, ainda com atraso de três, quatro, cinco e até seis meses, e às vezes, o cheque recebido das mãos do Sr. Prefeito não tinha a devida provisão de fundos.

Quanto aos funcionários municipais, também aconteceu quase o mesmo, até maio de 1971, os mesmos recebiam da Prefeitura sempre o vencimento inferior ao salário mínimo da região e, com atraso de três, quatro, cinco, seis meses. Surpreenderam-se também quando recebiam o pagamento porque os cheques não tinham fundos.

Ainda é notório que o Sr. Prefeito Municipal vem utilizando do patrimônio municipal para terceiros (desvio de dinheiro público) sem o devido ressarcimento dos gastos feitos pelo erário público municipal, mau emprego de verbas, o que é pior sempre se mantém omissos, dentro do seu cargo. É desprovido de idoneidade para o cargo que ocupa, pois se dá à prática do jogo cartado, e é conhecido o Sr. Geraldo Bochis de Oliveira, publicamente como jogador inveterado, infringindo as leis das contravenções.

Recentemente, o Egrégio Tribunal de Contas da União enviou o Dr. Jair Bozani para apurar as irregularidades havidas na Prefeitura de Congoninhas e o referido Senhor, constatou várias irregularidades na aplicação do Fundo de Participação dos Municípios, e a prática dos atos de corrupção administrativa. Entre outras irregularidades, o que mais surpreendeu ao referido Dr. Jair e o povo de Congoninhas, foi a apreensão das mãos do Dr. Jaime Pedro Ferreira, de talões de cheques destinados às verbas do Fundo de Participação dos Municípios, assinados, em branco, pelo Sr. Geraldo Bochis de Oliveira, Prefeito Municipal, e Srta. Arlinda Durães, Tesoureira da Prefeitura Municipal, para preenchimento das importâncias que devem ser sacadas pelo Dr. Jaime Pedro Ferreira.

Diante de tamanha corrupção administrativa, a Câmara Municipal de Congoninhas, processou o Sr. Geraldo Bochis de Oliveira, Prefeito Municipal,

pal, nos termos do Decreto-Lei n. 201, de 27 de fevereiro de 1.967. Apesar de comprovadas as denúncias apresentadas, documental e testemunhal, a Câmara não pode prosseguir no julgamento do processo de cassação, de mandato acima referido, em virtude de ter sido reduzido o número de Vereadores, por causa da renúncia de alguns Vereadores e respectivos suplentes, influenciados pelos chefes políticos que acobertam: o Sr. Geraldo Bochis de Oliveira. E, assim, a Câmara Municipal de Congoninhas ficou com apenas 6 (seis) Vereadores, impossibilitando-a para prosseguir no julgamento do processo de cassação de mandato.

Todavia, a Constituição Estadual em vigor — Emenda Constitucional n. 3, em seu § 1.º, do Artigo 118, outorga o poder aos dois terços dos membros da Câmara Municipal à aprovação de intervenção do município pelo Governador. A Câmara Municipal de Congoninhas é constituída de 9 (nove) Vereadores, sendo 6 (seis) são os remanescentes e atuantes, de seus membros e diante disso e face às razões acima apresentadas, Senhor Governador, a Câmara Municipal de Congoninhas, pela totalidade de seus membros atuantes, solicita a Vossa Excelência, a justa decisão desse Poder, determinando a intervenção neste Município, como medida que reflete a vontade do povo por nós aqui representado.

Ou, assim, cumpre-nos esclarecer a Vossa Excelência que, se não bastassem as graves irregularidades acima citadas, o Senhor Prefeito Municipal ao longo de sua gestão, não vem respondendo quaisquer Pedidos de Informação que lhe foi feito por esta Casa; nada informou, nada respondeu, nada atendeu, pois todas as solicitações e reivindicações pareciam tornar-se ecos, e desta forma, impedindo-a de cumprir seu relevante mister que, como se sabe, Vossa Excelência são funções reguladas pela própria Carta Magna.

Para compreensão preliminar do pedido, junta esta Casa, os documentos seguintes:

1 — Processo de Cassação de Mandato do Prefeito, Geraldo Bochis de Oliveira.

2 — Processo de Cassação de Mandato do Vereador Ataliba da Silva Moreira.

3 — Os autos sob n. 35-72, de Notificação requerida pelo Sr. Theodoro Soares dos Santos, processados no Juízo de Direito da Comarca de Congoninhas.

4 — As diversas fotocópias.

Pede ainda, a ouvida, caso o órgão decisão achar conveniente, dos seguintes funcionários:

a — Dr. Jair Bozani, Inspetor do Tribunal de Contas da União;

b — Sr. Carlos Alzer, Agente da Polícia Federal.

Ambos residentes na cidade de Curitiba.

Por oportuno, informamos a Vossa Excelência, Senhor Governador, que esta Câmara Municipal, por seus seis Vereadores, conforme cópia anexa, no período do Governo do Sr. Leon Peres, tomou a idêntica medida, solicitando ao mesmo que fosse tomada a medida cabível, todavia, para infelicidade deste pedaço de Brasil, não foi atendida... Voltamos agora, confiantes no alto espírito de justiça e de probidade administrativa que vem caracterizando o Governo de Vossa Excelência desde que assumiu a supremacia chefia do nosso querido Paraná, pois a intervenção neste município, faz-se necessária, e urgente diante de tantos descaminhos e de injustiças que vem sendo vítima...

Termos em que

Pede deferimento.

Congoninhas, 3 de junho de 1972.

aa) Jorge Fukace — Presidente da Câmara

Luiz Marconi — Vice-Presidente

Benedito dos Santos — Primeiro Secretário

Joaquim Canedo da Silva — Segundo Secretário

Aureo Nogueira — Vereador

Pedro Ribeiro Sobrinho — Vereador

(com firma reconhecida)

Portanto, Sr. Presidente Srs. Deputados, a Câmara Municipal de Congoninhas cumpre a sua obrigação e nós precisamos agora, que as autoridades responsáveis, partindo do Sr. Governador do Estado, através dessa solicitação, cumpram também as suas obrigações em referência a este Caso de corrupção administrativa.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS — Infelizmente o tempo está esgotado, lamento.

O Sr. Pinto Dias — Só para umas poucas palavras? (Assentimento).

Sr. Deputado, não sei ainda como V. Exa. pretende concluir a denúncia que faz da tribuna mas se encaminhar o Requerimento, pedindo intervenção do Estado naquele município, vai obter o meu voto.

O SR. ALVARO DIAS — Nobre deputado Pinto Dias, agradeço o aparte de V. Exa. O Requerimento que acabei de ler foi enviado já ao Governador do Estado, pela Câmara de Vereadores. A ela cabe solicitar a intervenção do município; a nós cabe neste instante aplaudir a atitude corajosa e digna da Câmara do Município de Congoninhas, representada apenas por 6 elementos, que ficaram resistindo a todas as pressões do Prefeito corrupto e dos chefes políticos daquele município. E esses seis vereadores, tomando esta posição digna, estão representando dignamente a população daquele município. O homem público que uso o poder de forma indevida para enriquecimento ilícito, cometendo atos de corrupção administrativa, deve ser punido com severidade; a lei deve ser aplicada rigorosamente.

Se o Governador renunciante, que renunciou o ato passado não tomou as devidas providências, apelamos agora ao Governador Pedro Viriato Parigot de Souza para que tome as devidas providências, porque atos de corrupção administrativa não pode ser aceitos, em hipótese alguma.

O Prefeito de Congoninhas foi impedido de cassação, porque não contava a Câmara Municipal com número suficiente para a cassação, mas conta com seis elementos que ainda possuem dignidade que estão err. seus postos representando o Paraná que possuem condições de pedir ao Governador do Estado a intervenção municipal e este pedido foi formulado.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).
Reputo das mais valiosas a opinião do Sr. Deputado Pinto Dias, que conhece os fatos apontados por V. Exa., e também e principalmente por ser um integrante da Bancada majoritária da Casa. Esta representação foi enviada a um Governador que não era, por motivos óbvios, a pessoa indicada para punir casos de corrupção, pois era o maior corrupto do Paraná, e deveria então ser reiterada ao atual Governador que é um elemento que se projeta e sempre se projetou na vida pública por sua integridade e probidade administrativa. Não podemos cobrar do atual Governador este caso de cassação ou falta de apuração de responsabilidade, pois é de se acreditar que S. Exa. não tenha conhecimento disto. Era a observação que que-

ria fazer para que esta Casa depois leve o assunto formalmente ao Governador d. Estado o que poderia ser feito por V. Exa., tomo a liberdade de sugerir, através de requerimento em outra oportunidade, porque estamos com o tempo esgotado e o assunto ficará para ser deliberado pelo atual Governador que é pessoa que, por sua conduta e formação moral, tem a inteira confiança de nossa parte, na observância de assuntos administrativos e desta natureza, que são importantíssimos.

O SR. ALVARO DIAS — Na próxima segunda-feira encaminharei requerimento ao Governador do Estado a respeito do caso da Câmara de Vereadores de Congonhas.

Nobre Deputado Muggiati Filho, isto que acabo de ler é um requerimento enviado pela Câmara Municipal de Congonhas, datado de três de junho, ao Governador Pedro Viriato Parigot de Souza. Portanto, a denúncia foi formulada ao atual Governador do Estado e poderemos, na próxima semana, como um reforço a esta denúncia, apresentar um Requerimento para que a Assembleia Legislativa do Estado tome posição diante do gravíssimo acontecimento de corrupção administrativa, e não fique alheia a este acontecimento porque quem se omite é conivente e não poderemos, de forma alguma, ser acusados de coniventes em assuntos desta natureza. As autoridades responsáveis serão coniventes se não tomarem as necessárias providências, como conivente foi o ex-Governador que, ao tomar conhecimento da denúncia não procurou apurar os fatos para punir os responsáveis, como também será conivente, caso assim haja, o Sr. Governador do Estado, o que, sinceramente não acredito, porque é um homem honesto, bem intencionado.

Muito obrigado, principalmente pela tolerância do Sr. Presidente por me ter concedido mais alguns minutos. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Passarei a ler um requerimento que pela segunda vez, trazemos a apreciação da Casa. (Lendo):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa após ouvido o Plenário seja reiterado por este Poder ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Negócios da Saúde, Doutor Ivan Beira Fontoura, o pedido de envio de vacinas tipo "sabin" para o Município de Cidade Gaúcha.

Tal requerimento se justifica, Senhor Presidente, haja vista termos apresentado semelhante Plano de Lei anteriormente e até o momento o Senhor Secretário da Saúde ainda não tomou providências a respeito. Novos casos de poliomielite estão surgindo no citado Município, fato este que já se assemelha a um surto, que vem causando pânico na população da cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1972.

(a) — Hélio Manfrinato".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, hoje, gostaríamos de nos dirigir ao Sr. Líder do Governo, Deputado João Mansur, porque já é a segunda vez que clamamos entrada, nesta Casa, a um requerimento com o mesmo teor, porque Cidade Gaúcha se encontra atacada por esse mal e o Sr. Secretário da Saúde ainda não tomou nenhuma providência nesse sentido, apesar do Requerimento já encaminhado por nós anteriormente. As crianças daquela cidade estão vivendo esse drama da ameaça da poliomielite. Hoje mesmo, chegou a Curitiba mais um caso. E eu pergunto: será que esse Secretário não é pai? Será que esse Secretário é tão desumano que não atende o pedido de um Parlamentar?

Hoje, estou me dirigindo ao Sr. Líder João Mansur, que é pai, para que tome as providências necessárias e cabíveis ao assunto, porque Cidade Gaúcha pertence ao Paraná, é um pedacinho de nosso Estado, e está esquecida, abandonada. Porque para se chegar lá tem-se que ir de jeep, intransitável estão as estradas.

E, aproveito a oportunidade para encaminhar este segundo requerimento, esperando contar com a colaboração dos ilustres Pares, principalmente do nobre Deputado João Mansur, para que leve ao conhecimento do Sr. Secretário da Saúde a situação de Cidade Gaúcha, porque parece que aqui, no Estado do Paraná, não existe Secretaria responsável pela saúde de nosso povo.

Espero que tenha me feito entender e que este meu segundo Requerimento surta o efeito desejado.

Gostaria agora de encaminhar um outro requerimento que passo a ler neste instante, sobre voto de pesar. (Lendo):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência a inserção na Ata dos trabalhos desta sessão, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Eugênio Brugin, ocorrido no último dia 5, na cidade de Londrina.

O extinto, pessoa bastante relacionada naquela cidade foi um dos desbravadores no Norte do Estado em sua fase pioneira, tendo ajudado a fundar Londrina, hoje um dos orgulhos paranaenses.

Pela sua contribuição ao desenvolvimento de nosso Estado, justo é que esta Casa o homenageie, com a inserção de seu nome em nossos Anais.

Pede ainda, que da decisão deste Plenário, seja comunicada a família entulhada, à Rua Paranaguá, esquina com Rua Pio XII, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1972.

(a) — Hélio Manfrinato".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Trata-se aqui neste requerimento de prestar uma homenagem a um pioneiro que deixou saudades entre seus companheiros e amigos que ajudaram a fundar a cidade de Londrina, hoje chamada a "capital do café".

Para a aprovação desse requerimento de homenagem e respeito conto com o apoio dos nobres pares desta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "É com indizível júbilo que venho hoje a esta Tribuna, para registrar um acontecimento que, por estar diretamente ligado à Região que represento, posso assegurar ser de transcendental importância, podendo, mesmo, se constituir, futuramente, na redenção econômica do Norte Novo e, por que não dizer, de nosso Estado.

Há mais de 10 (dez) anos, os municípios próximos e pertencentes às comarcas de Nova Esperança, Paranacity e Colorado vêm pleiteando aos governos do Estado e da República, através de todos os seus Prefeitos, Vereadores, de seus representantes nesta Casa e no Congresso Nacional, a construção da ligação asfáltica entre Nova Esperança e o Pôrto Santo Inácio, no município do mesmo nome.

Sabendo-se que, naquele pôrto, existe ponte sobre o Rio Paranapanema, ligando aquela região ao sistema de São Paulo e em se considerando que a aproximação dos municípios interessados, interligando-os e colocando-os, ao mesmo tempo, em contacto mais estreito com os grandes centros de consumo, comercialização e industrialização do Paraná e do grande Estado paulista, é fácil deduzir, a importância e significação da obra, há tanto pleiteada, que se constituirá, sem dúvida, num dos fatores determinantes do progresso não só da região beneficiada, como de todo o Estado.

No Diário Oficial da União — de 22 de maio próximo passado, publica-se "Acordo de Empréstimo", realizado entre a União e Organismos Financeiros Internacionais, através do qual oitenta e nove milhões de dólares (US\$ 89.000.000 00) são canalizados ao D.N.E.R., para estudos e execução de várias estradas em diversos Estados brasileiros, entre os quais o Paraná. Em consequência, no dia 26 do mesmo mês de maio, o Diário Oficial do Estado, publicou autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, à Secretaria dos Transportes, para, através de seu Departamento de Estradas de Rodagem, firmar convênio com o D.N.E.R., objetivando a realização do projeto final de engenharia da PR-13 (Maringá-Colorado-Santo Inácio) e da rodovia Nova Esperança — Paranacity-Colorado, numa extensão de, aproximadamente, 176 quilômetros.

Em contacto mantido com o Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes e com ilustre e dinâmico Diretor do D.N.E.R., fui informado da previsão do Governo Estadual de que, vencidas as etapas de elaboração do projeto final de engenharia, e após a necessária, e após a necessária concorrência pública, a obra deverá ter a sua execução iniciada no máximo até o segundo semestre de 1974.

Como bem podem ver os Senhores Deputados, o atendimento do Governo foi bem além da reivindicação primeira, que era a estrada Nova Esperança-Paranacity-Colorado, pois, para satisfação maior, inclui, também, uma grande e justíssima aspiração maringense, ligando aquela prodigiosa cidade ao Pôrto Santo Inácio, fato que proporcionará ligações de primeira qualidade entre as cidades de uma vastíssima região da mais alta importância econômica para o Estado.

Por esse motivo, Senhores Deputados, aliando-me ao júbilo e a euforia que hoje dominam a região que tenho a honra de representar nesta Casa, passo às mãos do Senhor Presidente Requerimento no sentido de que se oficie ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Cel. Mario Andreazza; Diretor do D.N.E.R., Eng. Eliseu Rezende; Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Eng. Pedro Viriato Parigot de Souza; Ilustríssimo Senhor Secretário dos Transportes, Eng. Ivo Máximo Domingues e Ilustríssimo Senhor Diretor do D.E.R., Eng. João Dernizio Puppi, agradecendo-lhes, em nome do povo do Norte Novo e porque não dizer do Paraná, por tão importante realização".

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de me ter dado a possibilidade de fazer este pronunciamento no dia de hoje. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 221-70, que autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Vila Nova do Pinhão. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 221-70
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Vila Nova do Pinhão, um Ginásio Estadual.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 30 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 253-70 fica criada uma Escola Comercial em Guairacá. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 253-70
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Guairacá uma Escola Técnica de Comércio para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 256-70, fica criada uma Escola Comercial em Itaipua do Sul. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 256-70
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Comercial em Itaipua do Sul, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 273-70, fica criado o Ginásio Estadual de Perobal, Distrito de Unmuarama. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 273-70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Perobal, Distrito do Município de Unmuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.
aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 275-70, fica criado o Ginásio Estadual de Jardim Iguaçu, Município de Paranavaí, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 275-70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Jardim Iguaçu, Município de Paranavaí, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.
aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 288-70, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio João XXIII, de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 288-70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o Ginásio João XXIII, de Santa Terezinha no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.
aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 91-71, que autoriza o Poder Executivo, a criar um Ginásio Estadual, no Bairro do Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar "Professor João Loyola". — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 91-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Bairro do Pinheirinho, nesta Capital, para funcionar anexo ao Grupo Escolar Professor João Loyola.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta da verba orçamentária própria.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.
aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 291-71, — Mensagem n.º 43-71, encaminhando anteprojeto que altera a redação de diversos dispositivos da Lei n.º 2.375, de 22.3.55 e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 291-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 1.º, a alínea "a" do art. 4.º, a alínea "a" do art. 5.º e o § 1.º do art. 6.º, da Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955, passam a ter a seguinte redação:

Art. 1.º — Fica criado no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas o Fundo de Produção e Pesquisas;

a) — Na aquisição de móveis e imóveis, material permanente e material de consumo, instalações destinadas à utilização de produtos bioterápicos, quimioterápicos e produtos químicos, pesquisas e investigações e trabalhos experimentais ou científicos;

Art. 5.º ...

a) — Chefes das quatro Divisões Técnicas do I.B.P.T. — (Agrônoma, Veterinária, Química e Bioquímica);

Art. 6.º ...

§ 1.º — Para cumprir o disposto na alínea c, deverá ser elaborado e submetido à aprovação do Secretário da Agricultura um plano anual de desenvolvimento e trabalho do Fundo de Produção e Pesquisas.

Art. 2.º — Aos artigos 3.º e 6.º, da Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955, ficam acrescentados, respectivamente, a alínea "a" e o § 2.º, com a seguinte redação:

Art. 3.º ...

e) — As rendas industrial e eventual do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas;

Art. 6.º ...

§ 2.º — Compete ao Secretário da Agricultura dar ciência ao Governador do Estado do plano de desenvolvimento e trabalho do Fundo de Produção e Pesquisas.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional até o limite de Cr\$ 844.038,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil e trinta e oito cruzeiros), para atender despesas com a aplicação da presente Lei.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o art. 9.º, da Lei n.º 2.375, de 22 de março de 1955 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em
aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 25-72, fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais da Cidade de Rolândia. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 25-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.
aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 2-72, — Ex-Proposição n.º 101-71 — aprova convênio assinado em 19.11.69, pelo Governador do Estado e Prefeitos dos Municípios que especifica, para implantação da Área Metropolitana de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 2-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio para implantação da Área Metropolitana de Curitiba, assinado em 19 de novembro de 1969, pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos dos Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

Art. 2.º — Os Municípios, da região, ao realizarem obras e serviços que tenham forçosamente reflexos e implicações sobre outros Municípios, deverão submeter os projetos ao Conselho Metropolitano a que o convênio se refere.

Art. 3.º — As obras e serviços do Estado do Paraná, a serem implantados na Área Metropolitana, pelos seus órgãos e entidades, deverão ser realizadas coordenadamente com as diretivas do Conselho Metropolitano, adequadas ao planejamento regional e municipal respectivo.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.
aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 4-72, — Ex-Proposição n.º 102-71 — ratifica o Termo Aditivo, ao Convênio celebrado em 18.8.68, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para execução de obras de eletrificação rural no Estado do Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 4-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica ratificado o Termo Aditivo firmado em 1.º de outubro de 1971, ao convênio celebrado em 19 de agosto de 1968, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA — e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, para execução de obras de eletrificação rural no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.
aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Gabriel Manoel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 50-72, — Mensagem n.º 18-72, encaminhando anteprojeto de Lei que institui a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná (Fundação IAPAR) com sede e fóro na cidade de Londrina e vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e dá outras providências. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja enviado telegrama aos srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura e ao sr. Presidente do INCRA, no sentido de que seja ratificada solicitação formulada pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, a fim de ser solucionado gravíssimo problema de terras de promissora região do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Hélio Manfrinato lido da tribuna, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Negócios da Saúde no sentido de sejam enviadas vacinas Sabin para o Município de Cidade Gaúcha. Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, parece que são dois requerimentos do sr. Deputado Hélio Manfrinato. Solicitaria a V. Exa. que fosse lida a súmula do requerimento em discussão.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá a leitura.

(É lida a súmula do requerimento)

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente Srs. Deputados, o requerimento do nobre Deputado Hélio Manfrinato, que reitera apelo ao Sr. Secretário da Saúde, Ivan Vieira Fontoura, no sentido de envio de vacina Sabin para o Município de Cidade Gaúcha, e segundo o pronunciamento, desta tribuna, que esta Casa já havia aprovado um outro requerimento, anteriormente, no mesmo sentido a respeito disso quero manifestar;

nossa estranheza — de um fato tão importante quanto este não ter merecido pelo menos, uma resposta por parte do sr. Secretário da Saúde, razão porque, o requerimento do Deputado Hélio Manfrinato terá o apoio da nossa Bancada, e nós iremos pessoalmente, na próxima semana, levar ao conhecimento do Sr. Secretário, a gravidade do assunto ora abordado pelo ilustre Deputado aqui nesta Tribuna, no sentido de que sejam transportadas, com urgência, para aquele município, essas vacinas a fim de que socorram as crianças do município de Cidade Gaúcha.

Nós cumprimentamos o ilustre Deputado Hélio Manfrinato, e queremos dizer a Sua Excelência de que, além do apoio integral que a nossa Bancada presta ao seu Requerimento, iremos pessoalmente à presença do sr. Secretário da Saúde, no sentido de que ele envie com urgência as vacinas ora solicitadas.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja abonada sua falta na sessão de ontem, dia 8 de junho, em virtude de sua ausência em Plenário, mas que se encontrava na Casa. — Ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, lido da Tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Eugênio Brugin. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Justiça no sentido de que sejam localizadas no Norte do Paraná, penitenciárias rurais a serem construídas por aquela Pasta, dentro das diretrizes de reforma do sistema penitenciário brasileiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de louvor à COPEL, pela publicação e distribuição de livrinho explicativo a respeito de suas atividades, intitulado "COPEL às suas ordens". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de autorizar a quem de direito a atualização do novo regulamento de transportes coletivos intermunicipais objeto de elaboração da direção do órgão no Governo anterior e quase concluída pela mesma. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR. — (Pela ordem) Sr. Presidente, há dois requerimentos de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão. Solicitaria então a V. Exa., que fizesse proceder a leitura do requerimento em questão.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário fará a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento. Encerra da a discussão. Em votação.

O SR. JOÃO MANSUR. — (Para encaminhar a votação) A atitude do nobre Deputado Wilson Brandão é louvável. Realmente é um dos assuntos que vem preocupando não só esta Casa como de resto todo o Paraná, mas eu queria esclarecer ao Sr. Deputado Wilson Brandão que recebi hoje, da Secretaria de Transportes, um avulso do novo Código de Transportes do Paraná razão porque e pretendo na próxima semana encaminhar cópia a todos os srs. Deputados, para que tomem conhecimento daquele estudo que foi feito por este órgão, que é o D.E.R. e a Secretaria de Transportes do Estado, um estudo muito demorado, onde procuraram, através de subsídios de outros Estados implantar aqui o novo Código de Transportes Intermunicipais de nosso Estado. Razão porque solicitaria ao nobre Deputado Wilson Brandão a retirada deste seu Requerimento, mesmo porque esta nova lei, este novo Regulamento será baixado através de decreto, pelo sr. Governador do Estado. Solicitaria, então, ao nobre Deputado Wilson Brandão se assim entender, que ao invés de encaminhar ao Diretor do DER do Paraná o fizesse a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, no sentido de que não baixasse este Decreto, sem que esta Casa, os srs. Deputados pelo menos, tomassem conhecimento deste Regulamento que é é complexo, volumoso e envolve muita responsabilidade. E aparte que faria ao sr. Deputado Wilson Brandão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa interroga ao eminente Sr. Wilson Brandão, pois regimentalmente lhe é facultada a retirada ou não do Requerimento. Qual é o procedimento de S. Exa.

O SR. WILSON BRANDÃO — Sr. Presidente, eu acredito que V. Exa. tenha recebido o teor deste novo Regulamento mas eu tenho a informação abalizada de que ele ainda está em fase de conclusão. E queria apenas deixar expresso, através deste Requerimento e não era o meu maior objetivo; dar vênia da opinião do nobre Líder da Bancada. Discordo. O que poderemos fazer é ao invés de dirigirmos ou endereçarmos este Requerimento ao Sr. Diretor do DER, levarmos este pedido ao Sr. Governador pela necessidade urgente da aprovação deste Regulamento.

Não queria levar à baila problemas de alta envergadura e de alto interesse e de grande interesse do nosso Estado, em que uma pléiade de engenheiros há dez meses antes da posse do novo Governador, em que fazia parte na Presidência daquele Escritório de Planejamento o atual Governo, e que estudava profundamente este problema eu não poderia deixar de dizer ao nosso Líder de Bancada, que esta Casa do povo, a nossa posição perante os problemas cruciantes do nosso Estado, não poderíamos de forma alguma, cruzar os braços. Este é um assunto de alto interesse do Estado e está novo regulamento em acabar com certos privilégios que há longa data propiciavam a corrupção no Estado. Eu acredito, tenho consciência, tenho certeza, a plena certeza de que este regulamento não está concluído.

Eu peço ao nobre Líder de Bancada permissão para discordar da sua posição e do seu apelo. Não há nada mais em fazer um Requerimento nestes termos. Não estou aqui invocando proteção qualquer que seja. Não estou aqui pedindo ou advogando causas próprias. Não estou aqui advogando interesses de grupos econômicos de nosso Estado absolutamente, isto que faço aqui é uma síntese do que amanhã poderemos expor na Tribuna da Assembléia e levarmos ao conhecimento do povo paranaense, o que se passou, o que se passa e

que poderá passar, caso este regulamento não venha de imediato a ser aprovado por decreto governamental. É a razão então que a Assembléia na sua posição, no seu direito, ela invoca o seu Poder, e solicita às autoridades, as providências necessárias para a conclusão deste trabalho.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao nobre Deputado que está usando a palavra para encaminhar a votação. Conforme o Artigo 172 V. Exa. tem 10 minutos para concluir.

O SR. WILSON BRANDÃO — Eu pediria então ao nobre Líder da nossa Bancada que reconsiderasse a sua proposição, retirando da pauta um assunto de tanta responsabilidade para o Estado.

Acredito que a Banca, os componentes da Bancada, todos eles compreendem a responsabilidade de nossa atitude.

É um Requerimento de alto valor, e de grande interesse para o Estado. E foi esta a razão de não discutirmos aqui, problemas outros, a não ser a aprovação de um regulamento que se encontra em final de conclusão. Sabemos inclusive, do teor deste novo regulamento. Se for preciso vamos trazê-lo, inclusive com seus estudos neste Plenário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

Tem a palavra o sr. Deputado Braga Cortes.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, nesta oportunidade, eu volto a Tribuna para dizer que votarei contrariamente ao Requerimento de autoria do nobre Deputado Wilson Brandão dada única e exclusivamente a explanação feita anteriormente pelo nobre Líder do Governo, Deputado João Mansur. Dizia o Deputado João Mansur que já havia recebido tal regulamento enviado a ele por intermédio da Secretaria dos Transportes. 7 tenho conhecimento, de acordo com o entendimento que já tive com o Líder do Governo Deputado João Mansur, que o mesmo esteve na Secretaria dos Transportes tratando de tal matéria e que recebeu do Sr. Secretário dos Transportes as informações devidas e o compromisso do Sr. Secretário, de que nessa semana que passou levaria às mãos do sr. Líder do Governo, tal regulamento; regulamento este que está quase que totalmente estribado no Regulamento Federal de tal matéria.

E tem mais ainda. Dizia o Sr. Secretário dos Transportes que a sua Secretaria estava aberta não só para os Deputados da ARENA, como também para os Deputados da Oposição, do MDB; que o Sr. Secretário teria hora e não teria dia para atender qualquer Deputado que lá fosse.

Nestas condições acreditando, como sempre acreditei, na palavra e na posição do nosso Líder do Governo, e da situação, voto contrariamente a tal Requerimento porque acho que não tem razão de ser.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Requerimento do Sr. Deputado Wilson Brandão. Encerrada a discussão.

Em votação. Rejeitado.

O SR. WILSON BRANDÃO. — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Vamos proceder a verificação de votação solicitada pelo Nobre Deputado.

(É procedida a verificação)

5 Srs. Deputados aprovam Requerimento; 15 Srs. Deputados rejeitam o Requerimento. Não há quorum para votação.

O SR. WILSON BRANDÃO — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço verificação de quorum, através de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º — Secretário procederá à chamada nominal dos srs. Deputados.

(É procedida a chamada)

Responderam à chamada 23 srs. Deputados. Não há quorum para votação mas há para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, integrada por três Senhores Deputados com o fim específico de representar a Casa, no Concurso Miss Paraná, que terá lugar amanhã, dia 10 do corrente, na cidade de Maringá. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Ministros dos Transportes, Governador do Estado, Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Secretário dos Transportes, Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem agradecendo em nome do povo do Paraná, e muito especialmente dos Municípios, pertencentes às Comarcas de Nova Esperança, Paranacity e Colorado pela construção, prevista da ligação asfáltica entre aquelas cidades e Porto Santo Inácio. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Kruger, lido da Tribuna solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se determine com urgência um Programa Especial de Desenvolvimento para a Região Sul e Centro-Oeste do Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior constante do Expediente solicitando seja encaminhado Pedido de Informação ao Sr. Diretor do D.E.R. — Encerrada a discussão.

O SR. WILSON BRANDÃO — (Questão de ordem) Sr. Presidente estou encaminhando um requerimento à Mesa para que se proteja por cinco dias a apreciação do Requerimento de nossa autoria e que foi objeto de discussão.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que é matéria vencida. V. Exa. segunda-feira, poderá dar entrada à Mesa a esse requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 12, à Hora Regimental com a seguinte ordem:

ORDEM DO DIA:

3.a — Discussão — dos Projetos de Lei n.os: 107-71, 198-71 e 223-71;

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os: 74-70; 92-70; 235-71; 28-72 e do Projeto de Resolução n.º 14-72.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os: 195-70; 199-70; 214-70; 132-70; 13-72 e 44-72.

Levanta-se a Sessão.